

HENRIQUE MEIRELLES
CNI entrega ao novo
ministro 119 propostas

ONU ELOGIA SENAI
Instituição é exemplo
na cooperação sul-sul

PROPRIEDADE INDUSTRIAL
Empresas vão ao exterior
para registrar patentes

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 1 | nº 4 | Julho 2016



AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA 2016:

UM GUIA PARA SAIR DA CRISE



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

UM MUNDO DE SOLUÇÕES PARA GERAR MAIS PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA. ONTEM, HOJE E AMANHÃ.



Desde 1946, o SESI faz parte da evolução da indústria brasileira, contribuindo para torná-la cada vez mais forte e produtiva. Setenta anos de história e de trabalho focando no desenvolvimento do setor por meio de ações que valorizam a educação, o ambiente seguro nas empresas e a promoção da saúde do trabalhador. São 749 unidades do SESI em todo o país e um compromisso que se renova a cada dia: ajudar no crescimento das empresas, dos trabalhadores e do Brasil.

www.sesi.org.br [f/SESiNacional](https://www.facebook.com/SESiNacional)

[in/company/sesi-nacional](https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional) [/sesi](https://www.youtube.com/channel/UC...)



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



CARTA AO LEITOR

Como se não fossem suficientes as crises política e econômica que trazem incertezas para os empresários brasileiros, as últimas semanas trouxeram do exterior novas interrogações. A inesperada decisão dos eleitores do Reino Unido de deixarem a União Europeia, na já histórica votação apelidada por Brexit, pode atrasar as negociações do Mercosul com o bloco do velho continente. Além disso, os chineses se movimentam para obter na Organização Mundial do Comércio (OMC) o selo de "economia de mercado", o que dificultaria investigações por dumping e daria aos produtos chineses acesso facilitado a milhões de consumidores pelo mundo, inclusive no Brasil. Cada vez mais, jogam-se torneios muito disputados no campo internacional.

Atenta a esse acirramento, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou, pela primeira vez, a *Agenda Internacional da Indústria 2016*, documento que orienta a matéria de capa da edição de julho da revista Indústria Brasileira e que reúne as principais sugestões do setor para a ampliação da posição nacional nos mercados externos. Com as restrições monetárias aplicadas aos consumidores brasileiros e o câmbio mais favorável, as exportações podem ser uma das melhores saídas para a crise atual.

Completando uma análise detida do cenário externo, esta edição também traz uma entrevista exclusiva com o ministro das Relações Exteriores, José Serra, que, ao fazer um balanço sobre o Brexit, opina que os interesses estratégicos de longo prazo entre os países do Mercosul e os agora 27 da União Europeia são mais do que suficientes para manter os dois blocos sentados à mesa de negociações. Outra reportagem também prospecta as implicações que a decisão da OMC sobre a China teria para o Brasil.

No front nacional, a agenda institucional da CNI continua mantendo em permanente diálogo seus dirigentes e as autoridades do governo interino de Michel Temer. O presidente Robson Braga de Andrade liderou, em junho, um grupo de representantes da indústria em audiência com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para apresentar e discutir 119 medidas contra a paralisia da economia brasileira, capazes de aumentar a competitividade da indústria nacional sem implicações fiscais. Ouviu do ministro a promessa de "estudo sério" sobre cada uma das propostas.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edílson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

DIRCOM – Diretoria de Comunicação CNI/SESI/SENAI/IEL

Diretor

Carlos Barreiros

Gerente-executivo de Jornalismo

Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial

Wladimir Gramacho

Jornalista responsável

Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem

Ayr Aliski

Azelma Rodrigues

Beatriz Borges

Joelma Pereira

Vivaldo de Sousa

Projeto gráfico e editoração

Armando Salmite | FSB Design

Foto de capa

Alex Kolokythas Photography

Revisão de texto

Renata Portella

Informações técnicas: (61) 3317-9472

Fax: (61) 3317-9456

email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

ARTIGO DO PRESIDENTE



PASSOS DECISIVOS PARA O NOSSO FUTURO

6



SUMÁRIO

INDÚSTRIA EM AÇÃO

NOVO GOVERNO

CNI entrega 119 propostas para Henrique Meirelles

8

BRIEFING DIPLOMÁTICO

Dirigentes da CNI fazem análise da conjuntura a diplomatas

10

FEIRAS INTERNACIONAIS

Entidades lideram delegações a três países

12

AGENDA LEGISLATIVA

TERRAS A ESTRANGEIROS

Nova legislação pode abrir ciclo de investimentos em celulose

14

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Especialistas discutem regras e ineficiência do INPI

16

GÁS NATURAL

Seminário analisa desafios e oportunidades no setor

24

COMPETITIVIDADE



CHINA

Decisão da OMC sobre status da economia chinesa pode trazer impactos ao Brasil

26

TERMÔMETRO ECONÔMICO

CUSTOS INDUSTRIAIS

Indicadores mostram que custos continuam subindo

29

SERVIÇOS PÚBLICOS

Pesquisa revela como os brasileiros avaliam saúde, segurança e outros

30

CAPA



Agenda internacional revela potencial de internacionalização

34

GIRO BRASIL



Espírito Santo e Piauí preparam empresários para exportar

38

GIRO GLOBAL



Alemanha lidera ranking global de logística; Brasil é 55º

40

PERGUNTAS PARA...



Ministro José Serra analisa o Brexit

42

SESI / SENAI / IEL

SESI, 70

Pesquisa mostra atuação da instituição no marco de suas sete décadas

44

NAÇÕES UNIDAS

SENAI é considerado exemplo de cooperação por sua ação em nove países

46

PASSOS DECISIVOS PARA O NOSSO FUTURO

Asociedade brasileira se encontra diante daqueles difíceis momentos na história de um país, consequência de uma crise econômica e política. Vivemos um período de incertezas e pessimismo. Empresários e trabalhadores, parceiros de todos os tempos, têm a oportunidade singular de corrigir a rota do Brasil, sedimentando um futuro melhor para as próximas gerações.

As visões sobre que caminho tomar podem ser diferentes, mas não sairemos do lugar sem o empenho de todos e a busca por consensos. Temos difíceis decisões a tomar. É preciso enfrentar não apenas os sintomas, mas as causas dos problemas crônicos do país. A melhora do ambiente de negócios, com estímulo aos investimentos e à produção, deve guiar a política econômica.

Reformas estruturais, como a da Previdência Social, se tornaram inevitáveis, pois existem ameaças reais à sua sustentabilidade. O direito de todos

só será assegurado se o poder público tiver recursos para o pagamento integral de aposentadorias e benefícios.

A modernização das leis trabalhistas precisa ocorrer sob a ótica da economia moderna. É necessário reconhecer nosso amadurecimento como sociedade desde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, tão relevante para sua época. Essa legislação, entretanto, deve ser revista.

A valorização da negociação coletiva, consagrada na Constituição Federal e em resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), significa alcançarmos novo patamar nas relações de trabalho. Nesse ambiente, empregados e empresas são responsáveis por reger as próprias vidas, sempre à luz das garantias constitucionais e do Direito do Trabalho.

A regulamentação adequada da terceirização disciplinará uma produção consolidada nas cadeias



globais de valor, abrindo portas para o florescimento de empresas em atividades típicas da economia do conhecimento. A revisão de normas absurdas, como a NR-12, ajudará a indústria a se fortalecer.

As aspirações do setor produtivo não significam, de modo algum, ataques aos direitos do trabalhador. Não há a intenção de implementar medidas que resultem em retrocesso nas conquistas sociais.

No campo fiscal, a disciplina no uso dos recursos públicos é requisito para a volta do crescimento. O rigor nas contas alivia as pressões sobre a inflação e os juros. Além disso, afasta o recorrente desejo dos governantes de aumentar impostos para cobrir deficits. Já pagamos por uma carga tributária excessivamente elevada.

A boa gestão fiscal libera recursos para o custeio adequado dos serviços públicos e para os investimentos em infraestrutura. Estes são imprescindíveis para a retomada do crescimento, a geração de empregos de qualidade e a redução das ineficiências logísticas.

As carências do Brasil em infraestrutura representam uma oportunidade para o setor privado na construção, na modernização, e na gestão de rodovias, portos, ferrovias e aeroportos. As empresas querem fazer parte de um novo ciclo de investimentos, que pressupõe o aprimoramento de marcos regulatórios e a segurança para o cumprimento dos contratos.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) reitera seu empenho em cooperar com a edificação de um Brasil competitivo e dinâmico, capaz de empreender, gerar empregos e crescer. Agora é a hora de tomarmos passos difíceis, mas determinantes para o nosso futuro.



Foto: Miguel Ângelo/CNI

Robson Braga de Andrade



CRESCIMENTO RESPONSÁVEL

CNI ENTREGA A HENRIQUE MEIRELLES DOCUMENTO COM
119 PROPOSTAS PARA TIRAR O PAÍS DA CRISE ECONÔMICA
SEM PREJUDICAR A ARRECADANÇA NEM PARALISAR O ESTADO



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Encontro na sede do Ministério da Fazenda formalizou a entrega das 119 propostas da CNI para Henrique Meirelles e sua equipe

A indústria brasileira espera que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, dê prioridade e transforme em medidas concretas o conjunto de sugestões que recebeu em meados de junho. São ações para ajudar a mover as engrenagens do crescimento, sem aumento de impostos ou perda relevante de arrecadação para o governo federal. Debatidas pelo Fórum Nacional da Indústria, as soluções para desanuviar o ambiente de negócios compõem o documento *119 Propostas para a Competitividade com Impacto Fiscal Nulo*.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, o encontro serviu como rodada inicial de diálogo entre a indústria e a área econômica do governo de Michel Temer. “Queremos que o ministro Henrique Meirelles tenha uma agenda de diálogo constante com a indústria, para discutir essas propostas e ver

onde é possível avançar”, avalia o dirigente. Andrade destacou o senso de equilíbrio da proposta, estruturada a partir de “sugestões sem impacto fiscal, mas com impacto muito grande na economia”.

Henrique Meirelles prometeu um “estudo sério” sobre as propostas. O texto da CNI dirige sugestões a seis áreas: há 38 medidas relacionadas ao comércio exterior, 31 dirigidas à flexibilização das relações trabalhistas, 22 sobre infraestrutura, 12 sobre segurança jurídica e regulatória, 11 na área de inovação, três sobre o sistema tributário e duas de financiamento.

Uma das mais urgentes, na opinião da CNI, é a imediata implantação do “guichê digital”. Anunciado em 2014, o Portal Único está em andamento e, na avaliação da COMEX, em ritmo satisfatório. A criação de um código que centralize toda a legislação

dispersa e antiga é outra prioridade nessa área.

Os empresários também defendem a redução de multas por infrações fiscais, sem perdão a sonegadores. No campo das relações trabalhistas, foram reivindicadas a regularização da terceirização, férias fracionadas em até três vezes e a redução do intervalo da intrajornada por negociação coletiva.

Já os gargalos da infraestrutura podem ser amenizados com a privatização de administrações portuárias e de serviços de saneamento municipal, por exemplo. A retomada das concessões de rodovias, aeroportos e de blocos exploratórios de gás natural também pode ajudar a reanimar a economia. O documento defende ainda que é fundamental fortalecer as agências reguladoras e simplificar o licenciamento ambiental, para reduzir a insegurança jurídica que cerca os investimentos no Brasil.

CNI REÚNE ELITE DA DIPLOMACIA NO PAÍS

V BRIEFING DIPLOMÁTICO PERMITIU À INDÚSTRIA SE APROXIMAR MAIS DAS DELEGAÇÕES ESTRANGEIRAS E DIVULGAR DADOS E ANÁLISES SOBRE A CONJUNTURA NACIONAL

Estreitar relações diplomáticas e apresentar a visão da indústria sobre os temas de maior destaque no cenário nacional. Esses são os principais objetivos do Briefing Diplomático, evento promovido a cada seis meses pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que reúne a elite do corpo diplomático em Brasília.

Cada edição trata de três temas de relevância para o setor produtivo e a comunidade internacional. Durante o V Briefing Diplomático, ocorrido em junho, foram discutidos assuntos como a retomada do crescimento econômico

brasileiro até 2017, a reforma da Previdência e a sustentabilidade das contas públicas. Edições anteriores do evento trataram de educação profissional e tecnologia, infraestrutura, reforma trabalhista, sustentabilidade e meio ambiente, sistema tributário e marcos regulatórios.

Os encontros permitem à CNI ser uma das fontes primárias dos representantes

internacionais, instados neste momento a terem uma visão detalhada e atualizada do momento crítico pelo qual passa o país. Aproximadamente 140 diplomatas participam a cada edição, dos quais cerca de 25 são embaixadores e os de-

países para divulgarmos a agenda internacional da indústria, fornecendo dados muitas vezes diferentes do que a mídia divulga”, afirma Abijaodi.

Para a ministra-conselheira da Embaixada da Bélgica no Brasil, Sophie

Hottat, a iniciativa é interessante porque mostra a percepção da CNI sobre diversos temas que são prioridade para o Brasil. Segundo ela, as informações repassadas durante o Briefing Diplomático são encaminhadas ao Ministério de Comércio Exterior da Bélgica e às empresas que pretendem investir

ou fazer negócios no Brasil. “É importante lidar com uma fonte segura de informações”, elogia Sophie Hottat.

O VI Briefing Diplomático está previsto para o dia 10 em novembro, na sede da CNI, em Brasília. Os temas ainda estão sendo definidos, mas a ideia é que todas as áreas da confederação sejam contempladas.

“Reunimos representantes dos mais diversos países para divulgarmos a agenda internacional da indústria, fornecendo dados muitas vezes diferentes do que a mídia divulga.”

Carlos Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI

mais, representantes de países ou blocos econômicos especializados sobretudo nas áreas de economia e política.

Segundo o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, o Briefing Diplomático tem o objetivo de fornecer informações mais realistas sobre o Brasil. “Com isso, reunimos, de uma só vez, representantes dos mais diversos



Cerca de 140 diplomatas estiveram presentes ao último encontro. Para representante belga, Sophie Hottat, CNI é "fonte segura de informações"

SENAI INSTALA CENTRO DE ENERGIA SOLAR NO DF

Eletricistas e profissionais da construção do Distrito Federal já podem se especializar na instalação de painéis fotovoltaicos. Em junho, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) implantou, em Taguatinga, o Centro de Treinamento em Energia Solar. Terceira unidade do tipo no Brasil – há centros semelhantes em São Paulo e Fortaleza – o espaço tem o objetivo de formar mão de obra especializada e capacitar professores para o promissor mercado de energias renováveis.

Foto: Gyuszo-Photo / shutterstock.com



Colombiamoda 2015 / Inexmoda

Colombiamoda congrega produtores e comerciantes da indústria de confecção

REDE CIN ORGANIZA MISSÕES AO PARAGUAI, À COLÔMBIA E AOS EUA

A Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN), coordenada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), organizou três importantes missões na agenda de promoção comercial no exterior. Entre 10 e 15 de julho, empresas dos setores de alimentos e bebidas, cosméticos e moda participaram de rodadas de negócios na *Expo Paraguay*, em Assunção. Entre os dias 26 e 28 do mês, empresários da indústria de moda e de equipamentos para confecção estiveram na *Colombiamoda*, principal mostra do setor no país, realizada em Medellín. Já os produtores de alimentos especiais e gourmets puderam mostrar novidades e conhecer tendências, de 25 a 29 de julho, na *Summer Fancy Food*, em Nova York, Estados Unidos.

NÚCLEOS ENSINAM PMES A TEREM CRÉDITO MAIS BARATO

Em tempos de crise econômica, como a que o Brasil atravessa, a busca por crédito exige preparo e cuidados extras das micro e pequenas empresas. Para auxiliá-las a acessar a linha de crédito mais adequada à sua necessidade, a CNI e federações estaduais da indústria criaram o Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC), já em operação em dez estados. Entre as boas práticas, os NACs orientam o empresário a utilizar ferramentas de gestão financeira, como controle de fluxo de caixa, e a estar dia com as obrigações fiscais e trabalhistas.



Política monetária mais restritiva exige atenção na hora de obter crédito



RÚSSIA CONVIDA SENAI PARA DISCUTIR COOPERAÇÃO

O SENAI e a Agência de Assuntos Estratégicos da Rússia (ASI) assinaram, em 15 de junho, um memorando para iniciar a negociação para a instalação de um centro de treinamento tecnológico naquele país. Impressionada com o desempenho da equipe brasileira vencedora da WorldSkills 2015, em São Paulo, a direção da ASI convidou o diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchesi, para discutir uma possível cooperação no preparo de competidores russos para a WorldSkills 2019, que será realizada no país, na cidade de Kazan.

Evento do WorldSkills 2015, ano em que a competição foi vencida pelo Brasil

FURLAN DESTACA ATUAÇÃO DO BRASIL NA OIT

O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan, defendeu o papel do Brasil nos debates internacionais sobre a proteção social do trabalho. Em discurso na 105ª Conferência Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, Suíça, Furlan destacou a atuação do país no combate à exploração do trabalho escravo e criticou membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT), retirados da sessão que analisava a situação da Venezuela após se recusarem a encerrar um protesto.



Conferência da OIT, em Genebra, palco dos principais debates globais sobre relações de trabalho

TERRAS A ESTRANGEIROS

LEGISLAÇÃO DEFASADA LIMITA INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS EM SETORES COMO O DE CELULOSE, EM QUE O BRASIL É 4º MAIOR PRODUTOR MUNDIAL

As restrições legais de vendas de terras brasileiras a estrangeiros impedem que o país receba investimentos da ordem de aproximadamente R\$ 25 bilhões por ano, segundo estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em um momento de retração econômica pela qual passa o Brasil, atrair valores como esses poderia alavancar a geração de empregos e de renda, ajudando o país a retomar o crescimento da sua economia.

No entanto, a lei que delimita a compra das terras por pessoas físicas ou jurídicas de outros países é de 1971. “Naquela época, o momento era outro, completamente diverso do que se vive hoje”, lem-

bra o gerente-executivo de Política Industrial da CNI, João Emílio Gonçalves. Ele explica que pareceres emitidos pela Advocacia Geral da União (AGU) divergiram sobre a validade atual da legislação

dos anos 1970. Por isso, uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) está sob a análise do Supremo Tribunal Federal (STF), que pretende discutir o tratamento diferenciado a empresas nacionais de capital estrangeiro. Pelo último parecer da AGU, empresas nacionais de capital estrangeiro

insegurança jurídica prejudica muito o interesse de investidores estrangeiros em aplicar seus recursos no país”, argumenta Gonçalves.

De acordo com dados da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), por exemplo, o Brasil é o 4º maior produtor mundial de celulose e fabricou 17,4 milhões de toneladas só em 2015. A maior parte dessa produção é destinada às exportações, principalmente para Europa, China e América do Norte. Segundo a presidente-executiva da IBÁ, Elizabeth de Carvalhaes, este é um setor que vem lançando uma nova fábrica de celulose no país a cada dois anos, “e as multinacionais estão ficando de fora des-

“A insegurança jurídica (provocada por uma legislação defasada e por pareceres divergentes) prejudica muito o interesse de investidores estrangeiros de aplicar seus recursos no país.”

João Emílio Gonçalves, gerente-executivo de Política Industrial da CNI

se equiparam a companhias internacionais na hora de adquirir terras e, por isso, podem ser detentoras de, no máximo, sete mil hectares de terra ou cem Módulos de Exploração Indefinida. “Essa

se movimento exatamente por não terem a possibilidade de adquirir novas terras e ampliar as plantações florestais”. Para a executiva, a revisão da legislação atual é urgente.

*Ampliação dos limites
de compra de terras por
estrangeiros pode aumentar
produção de celulose no Brasil*



A PASSO DE TARTARUGA

EMPRESAS BRASILEIRAS REGISTRAM PATENTES NO EXTERIOR PARA ESCAPAR DA LENTIDÃO DO INPI, QUE LEVA EM MÉDIA MAIS DE 10 ANOS PARA DECIDIR SOBRE OS PEDIDOS; PROBLEMA É OPERACIONAL E NÃO DA LEGISLAÇÃO, DIZEM ESPECIALISTAS

A Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996) completou 20 anos em maio. Depois de duas décadas, o Congresso Nacional aponta que há necessidade de revisão dessas regras. Somente na Câmara dos Deputados há 16 projetos de lei propondo mudanças na legislação, apresentados entre 1999, o primeiro, e 2013, o último. Para especialistas e para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), entretanto, as regras estão adequadas para o mundo atual e não precisam ser alteradas; o que falta é garantir celeridade no processo de registro de patentes, tarefa que cabe ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Investimentos em inovação, pesquisa e desenvolvimento são protegidos

pela Lei de Propriedade Industrial (LPI), que garante ao “inventor” o direito de explorar o que foi criado, seguindo pontos que incluem a aplicação industrial, a atividade inventiva e a novidade. A regra protege quem é pioneiro da realização de cópias não autorizadas. Essa proteção vale por 20 anos para patentes de invenção. A legislação brasileira está alinhada às principais referências internacionais.

A CNI considera que o principal problema do país nessa área é a demora na análise dos casos. O tempo médio de decisão técnica de pedido de patente no INPI era de 10,9 anos em 2015. O instituto acumula um *backlog* (processos “na fila”) de mais de 211 mil pedidos a serem analisados, o que dá uma

dimensão das dificuldades operacionais do órgão.

“A Lei é absolutamente adequada, não temos nenhuma objeção, nem demanda do setor para que algo seja alterado”, afirma o coordenador da Comissão de Tecnologia da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), Rafael Pedro Pellicciotta. “O problema não é a lei, mas o trâmite do registro, que leva um tempo muito longo. Ainda assim, as empresas não desistem de fazer pedidos de depósitos de patentes”, opina o dirigente da ABIQUIM. “No setor eletroeletrônico, cujo dinamismo tecnológico é muito grande, muitas empresas preferem pedir patentes no exterior a valores mais elevados, mas concedidas



Foto: demisgo / shutterstock.com

com maior celeridade, ou seja, mais um item do chamado Custo Brasil. Assim, a demora na concessão de patentes e a opção de registro no exterior acabam por mascarar o esforço e o resultado alcançado no País pelas indústrias que aplicam em P&D”, diz o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato.

José Mauro Decoussau Machado, sócio do escritório Pinheiro Neto Advogados, ressalta que a Lei de Propriedade Industrial representou, em 1996, um grande avanço para o Brasil e permitiu, entre outros pontos, que o País deixasse para trás o sucateamento tecnológico na área de informática. Ele considera que a regra continua atual, que a demora

na concessão de registros pelo INPI é o principal desafio a ser enfrentado, mas alerta que um fator que gera insegurança é a grande quantidade de projetos de lei que propõem mudanças na LPI. Machado avalia que textos que sugerem alterações carregam viés ideológico, partindo da premissa de que seria melhor reduzir o nível de proteção à propriedade intelectual. “Isso é ledo engano. Já testamos essa fórmula e não funcionou”, afirma. “Coreia do Sul e China, durante um tempo, usaram esse modelo, mas depois avançaram. Propriedade intelectual é moeda de troca em acordos internacionais”, ressalta Machado.

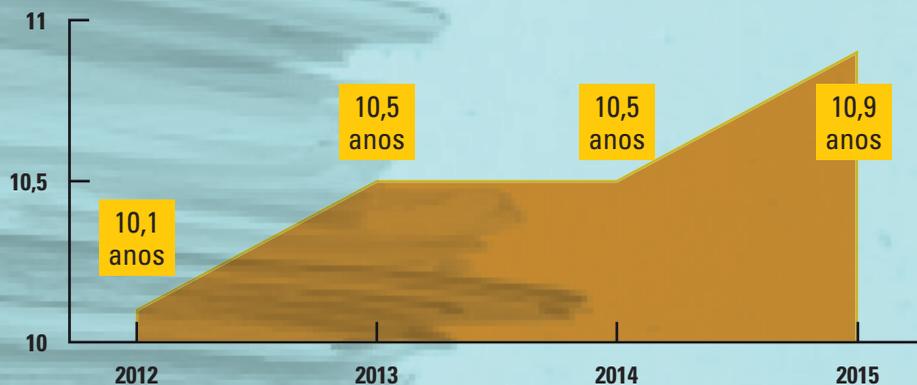
“O nosso problema não é a legislação”, concorda o presidente do INPI, Luiz Pimentel. “Precisamos resolver o

problema da demora”, diz, referindo-se a atrasos na concessão de registros de marcas e patentes. Uma das principais dificuldades enfrentadas pelo instituto é a falta de pessoal. O quadro de servidores do INPI prevê 1.820 cargos autorizados, mas menos de mil estão ocupados.

Parte da lacuna de pessoal do INPI foi preenchida em junho, com a posse de 70 novos pesquisadores aprovados no concurso de 2014. Isso representa um aumento de 36% no quadro de examinadores de patentes, mas ainda insuficiente. A meta para os próximos anos, segundo o presidente do INPI, é reduzir em mais da metade o tempo de análise e concessão dos registros. “O razoável seria um prazo de quatro anos”, diz Luiz Pimentel.

INDICADORES DO INPI

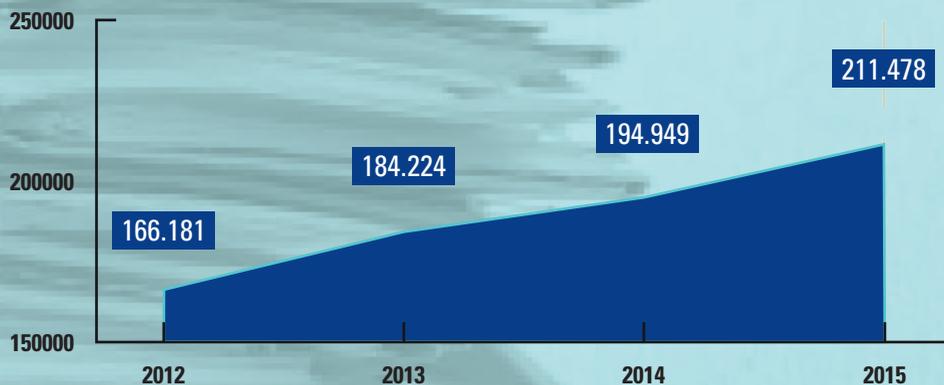
Tempo médio de decisão técnica de pedidos de patente*



*Tempo médio de decisão técnica (deferimento, indeferimento ou arquivamento por não manifestação) contado a partir do depósito do pedido no INPI

Fonte: INPI

Backlog de patente*



*Total de pedidos de patentes pendentes de decisão final (técnica ou administrativa)

Fonte: INPI

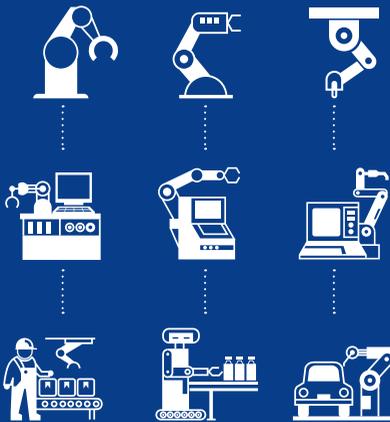
O QUE É PATENTE?

Patente é um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Com este direito, o inventor ou o detentor da patente tem o direito de impedir terceiros, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar a venda, vender ou importar produto objeto de sua patente e/ ou processo ou produto obtido diretamente por processo por ele patenteado. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela patente.

Fonte: INPI



QUAIS SÃO OS TIPOS DE PATENTES E PRAZO DE VALIDADE?



PATENTE DE INVENÇÃO (PI)

Produtos ou processos que atendam aos requisitos de atividade inventiva, novidade e aplicação industrial. Sua validade é de 20 anos a partir da data do depósito.

PATENTE DE MODELO DE UTILIDADE (MU)

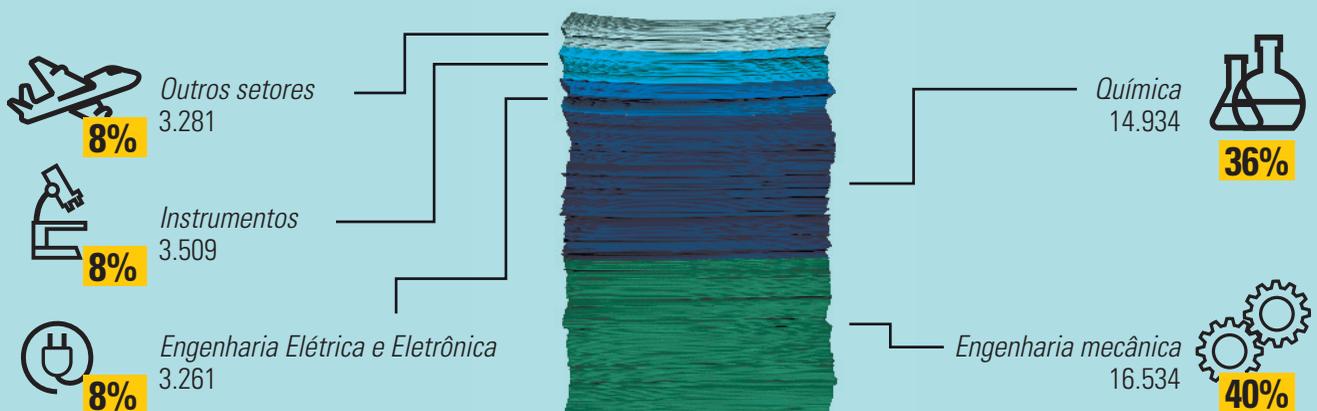
Objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional em seu uso ou em sua fabricação. Sua validade é de 15 anos, a partir da data do depósito.

CERTIFICADO DE ADIÇÃO DE INVENÇÃO (C)

Aperfeiçoamento ou desenvolvimento introduzido no objeto da invenção, mesmo que destituído de atividade inventiva, porém ainda dentro do mesmo conceito inventivo. O certificado será acessório à patente e com mesma data final de vigência desta.

Fonte: INPI

PATENTES DE INVENÇÃO CONCEDIDAS POR CAMPO TECNOLÓGICO, 2000 – 2012



Fonte: INPI, ASSESSORIA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, BADEPI V2.0, DADOS EXTRAÍDOS EM DEZEMBRO/2013.

REGISTROS DE PATENTES PRECISAM SER ACELERADOS

ATRASSO NA CONCESSÃO FAZ COM QUE EMPRESAS FAÇAM O REGISTRO EM OUTROS PAÍSES E DESESTIMULA A INOVAÇÃO, DIZ CEO DA GE DO BRASIL

Gilberto Peralta, Presidente & CEO da GE do Brasil, vê com preocupação a demora no registro de patentes no Brasil. Para ele, o atraso na concessão desestimula a inovação no país e faz com que se perca parte importante dos estudos e pesquisas aqui realizados. A própria GE, conta, registrou nos Estados Unidos nove patentes desenvolvidas no Brasil. Peralta sugere que tenhamos acordos internacionais que tornem automático o reconhecimento de patentes registrados em alguns países. Para ele, acordos com outros escritórios de marcas e patentes e universidades para acelerar as análises e concessões dos registros podem ser positivos, desde que haja métricas claras, como índices de produtividade.

A Lei de Propriedade Industrial completou 20 anos em 2016. Quais os avanços obtidos nesse período do ponto de vista empresarial?

Na realidade, acho que a lei não mudou muita coisa. Depois de 20 anos, continuamos com a mesma fila para registro de patentes. Os anos na fila de patentes até aumentaram. Ou seja, ela veio para tentar resolver um problema, que era o atraso e a demora na concessão das patentes, e esse problema apenas se agravou. Se você não consegue patentear uma ideia sua, você está desprotegido.

E o que seria necessário mudar na lei para resolver esse problema?

A lei precisa se modernizar para acelerar a concessão de patentes. Assim como nós, muitas empresas desenvolvem produtos no Brasil e acabam fazendo o registro no exterior. A GE, por exemplo, já registrou nos Estados Unidos nove patentes desenvolvidas no Brasil. Um grande número, mais da metade, das patentes pendentes demanda apenas o reconhecimento de patentes já registradas, concedidas em outros países. O INPI

(Instituto de Propriedade Industrial) já fez um trabalho com os Estados Unidos para que patentes reconhecidas num país sejam automaticamente reconhecidas no outro, mas esse processo ainda é lento e precisa ser acelerado. Acho que tem de pegar os países que mais concedem patentes - Estados Unidos, Alemanha, Japão, Coreia, França, Itália, Inglaterra, Canadá - e as patentes que já foram reconhecidas nesses países e reconhecer automaticamente aqui no Brasil. É preciso ainda melhorar o quadro de funcionários do INPI e melhorar os processos. Na era digital em que estamos, as patentes na área de informática, por exemplo, precisam ser reconhecidas. Também não dá para esperar anos como acontece em alguns casos. E há patentes na fila há catorze anos. Essa patente hoje possivelmente não serve para mais nada.

Alguns especialistas defendem acordos com universidades para



Gilberto Peralta, Presidente & CEO da GE do Brasil, sugere registro automático para patentes já registradas em alguns países

acelerar os registros. Como o senhor vê isso?

Será ótimo se houver controle sobre quem vai fazer, com índice de produtividade e outras formas de mensuração de resultados. É importante criar uma métrica em cima disso, com regras de quantas patentes foram repassadas para análise, prazo para avaliação e resultados obtidos no prazo definido. Com isso, seria uma boa ideia. Nos Estados Unidos, muitas universidades atuam em linha com o setor privado no desenvolvimento de pesquisas. Se o escritório de patentes repassar parte do serviço de reconhecimento para as universidades e as universidades não atuarem com mais agilidade, aí o problema só muda de lugar.

Considerando essa demora na não concessão de patentes, é possível mensurar o que a indústria, o que o país perdeu do ponto de vista econômico?

Eu não sei olhar para o passado em relação a isso, mas podemos falar do presente e do futuro. No caso da General Electric, por exemplo, quando registramos fora nove patentes desenvolvidas no Brasil, chegamos à conclusão que tentar registrar aqui no Brasil seria perda de tempo. São brasileiros desenvolvendo tecnologia aqui, num instituto que pertence a uma multinacional, mas que está aqui no país. Quando o registro é feito lá fora perdemos parte do histórico do estudo, do processo de inovação. E há muitas empresas fazendo isso, levando sua inovação para registrar lá fora porque não se sentem seguras para registrar no país. Isso desestimula a inovação no país.

Que outro ponto o senhor considera importante destacar em relação à lei de propriedade industrial?

Acho que tem que melhorar muito o relacionamento da indústria com a academia

no Brasil. A General Electric investe cerca de US\$ 5 bilhões anuais em inovação e tecnologia. E parte desses recursos, cerca de US\$ 1,5 bilhão, é investida em parceria com universidades, incluindo os Estados Unidos e a Alemanha.

Como garantir a proteção das marcas não-convencionais?

Eu acho que tem de desenvolver esse tipo de proteção. Fora do Brasil já existe registro de marca de som, de cheiro ou até holográfica. Acredito que deva se proteger isso também. Aqui no Brasil ainda não conseguimos registrar nem mesmo *software*. Nós desenvolvemos um *software* para a equipe olímpica da Confederação Brasileira de Canoagem. Ele monitora em tempo real o desempenho dos atletas e das embarcações. Estamos registrando sua patente fora do país, porque ainda não é possível no Brasil. O sucesso da equipe nos Jogos Olímpicos será também nosso sucesso.

ELEIÇÃO DE MAIA FACILITARÁ VOTAÇÕES

LÍDER DO PSDB NA CÂMARA, ANTONIO IMBASSAHY ACREDITA QUE SUCESSOR DE CUNHA TERÁ MELHORES CONDIÇÕES PARA RECUPERAR RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO

A eleição de Rodrigo Maia (DEM) para a presidência da Câmara dos Deputados permitirá restabelecer uma relação de normalidade no Legislativo e facilitará a aprovação de propostas para a “reconstrução econômica” do Brasil, segundo o líder do PSDB na Câmara, Antonio Imbassahy (BA), mas não será possível contar com o partido para aprovar aumento de tributos. “Nós não vamos por esse caminho”, afirma o deputado, que já foi governador da Bahia e prefeito de Salvador. Rodrigo Maia foi eleito para o cargo em segundo turno, com 285 votos, após Eduardo Cunha (PMDB-RJ) renunciar ao posto. Com o apoio inclusive de partidos que fazem oposição ao governo interino de Michel Temer, Maia derrotou Rogério Rosso (PSDF). O mandato interino do novo presidente da Câmara dos Deputados terminará em janeiro de 2017.

Como a eleição do deputado Rodrigo Maia pode ajudar a destravar

propostas em discussão na Câmara para reativar a economia?

Esse processo abre grandes possibilidades para o Legislativo discutir e avançar em propostas importantes para o Brasil, não apenas do ponto de vista econômico, mas também social e político. Além disso, facilita a interlocução da Câmara dos Deputados com o Executivo, que também tem propostas consideradas prioritárias para discussão e votação dos deputados. A eleição de Rodrigo Maia é o marco de uma nova fase na Casa, com a retomada do pleno funcionamento da Câmara dos Deputados e o fim de arestas que foram criadas entre os diversos grupos políticos que atuam no Legislativo. Ao mesmo tempo, permitirá levar adiante votações importantes de que o país necessita com urgência, beneficiando os estados e a sociedade em geral.

Na sua opinião, quais os projetos prioritários a serem votados?

Há algumas propostas importantes

para restabelecer a confiança dos investidores: a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que limita os gastos públicos, a nova lei de gestão dos fundos de pensão, o fim da obrigatoriedade de participação da Petrobras nos consórcios de exploração do petróleo na área do pré-sal e o alongamento do prazo de pagamento das dívidas dos estados com a União.

Será fácil para o presidente interino, Michel Temer (PMDB), aprovar essas propostas no Congresso Nacional?

Ele já mostrou que tem uma base sólida no Congresso Nacional e as propostas já enviadas são um sinal de que há muita clareza do que deve ser debatido. Sob a liderança do novo presidente, Rodrigo Maia, a Câmara dos Deputados vai fazer uma seleção dos projetos que permitem reconstruir a economia brasileira, apresentá-los ao presidente Michel Temer e iniciar um trabalho de parceria



Antonio Imbassahy aposta na aprovação da PEC que limita gastos públicos e da lei sobre fundos de pensão

com o Executivo para reativar a produção nos próximos meses. A mudança na presidência da Câmara permitirá retomar uma nova fase de normalidade no dia a dia do Legislativo, gerando um clima de confiança e cordialidade. Com isso, temos perspectivas reais de implantar uma agenda positiva para o Brasil, uma agenda de recuperação do país.

Em relação à reforma da Previdência Social, as primeiras negociações com os sindicatos indicam que esse é um tema polêmico e de difícil consenso. Como o senhor vê esse tema e as perspectivas de aprovar novas regras?

Acredito que podemos avançar na definição de um novo modelo. O governo já sinalizou que deve enviar uma proposta ainda este ano. Essa reforma é absolutamente necessária e o assunto precisa ser debatido pelo Legislativo e pela sociedade. Precisamos saber qual a proposta do

governo, mas o PSDB está aberto para discutir o tema e apresentar sugestões para resolver esse problema.

O governo Temer também fala em retomar e ampliar concessões públicas por meio da mudança de regras e negociação com os investidores nacionais e estrangeiros. Como o Legislativo pode ajudar nisso?

Estamos num momento de estabelecer a confiança para a retomada dos investimentos. Precisamos da confiança do mercado e dos investidores institucionais. A Câmara dos Deputados pode contribuir aprovando os projetos de interesse do país e que ajudem na reconstrução da economia.

Além do déficit de R\$ 170 bilhões nesse ano, o governo Temer já sinalizou que as contas públicas devem continuar no vermelho em 2017. Para melhorar essa situação, muitos analistas falam que será necessário

umentar tributos no próximo ano. Como votará o seu partido?

Não contem com o PSDB para isso. Nós não vamos para o lado do aumento de tributos. Há outras alternativas para melhorar o ajuste fiscal com a redução de gastos e obtenção de receitas por meio de concessões públicas.

Tudo indica que o processo de impeachment deverá ser concluído pelo Senado em agosto. De que maneira isso ajuda nesse processo de reconstrução?

Quando o presidente Michel Temer deixar de ser interino, isso contribuirá para dar mais estabilidade ao processo de mudanças pelo qual passa o Brasil atualmente. Também facilitará a apresentação e aprovação das propostas do novo governo, além de estimular a ampliação de investimentos no país, tanto de investidores nacionais quanto de estrangeiros.

OPORTUNIDADES NO SETOR DE GÁS NATURAL

SEMINÁRIO ORGANIZADO PELA CNI FAZ DIAGNÓSTICO DO SETOR E REVELA ENTRAVES PARA O INGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS QUE AJUDEM A AUMENTAR A PRODUÇÃO

A reestruturação da Petrobras, principalmente com a venda de ativos e a redução de investimentos na produção de gás natural, é uma oportunidade a novos investidores, mas também uma preocupação. Isso porque a menor participação estatal no setor, que deveria vir acompanhada de uma estratégia para atrair novas empresas, está se traduzindo em estagnação em diversos pontos da cadeia produtiva do gás.

De acordo com os estudos recentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE), a perspectiva de suprimento de gás para o Brasil pode se deteriorar ainda mais se o mercado de gás nacional não for atrativo para novos ofertantes.

Essa também foi uma das principais conclusões do *Seminário Gás Natural: Desafios e Oportunidades para o Brasil*, realizado pelas duas entidades e pela

Embaixada do Reino Unido no dia 16 de junho, em Brasília.

A falta de transparência dos regimes tarifários, a ausência de harmonização entre as normas estaduais, a dificuldade de os agentes identificarem as oportunidades de acesso ao transporte e a inexistência de regras de compartilhamento dos gasodutos foram outros problemas identificados no evento e que impedem a entrada de novos agentes no setor.

Para o especialista em energia da CNI, Rodrigo Garcia, o gás natural é importante para a produção de energia elétrica e para a indústria brasileira como um todo. "É preciso haver uma estratégia de longo prazo que promova o desenvolvimento nessa área. Se nada for feito agora, daqui a dez anos vamos discutir os mesmos entraves de hoje", acredita.

Para Camila Schoti, gerente de energia da ABRACE, é fundamental assegurar

um mercado transparente e uma regulação que proporcione a oferta diversificada e competitiva de gás natural. "Para isso, o Brasil tem de fazer mudanças significativas nas normas e discutir a harmonização da regulamentação nos estados", diz.

Com participação de 12% na matriz energética brasileira, o gás natural é um insumo importante para o desenvolvimento industrial. Sua produção vem se ampliando e atingindo recordes a cada ano. Em dezembro de 2015, a produção de gás natural nacional atingiu 100,4 milhões de m³ por dia, um aumento de 5,5% quando comparado com o mesmo período de 2014.

No entanto, a oferta do produto nacional não é suficiente para atender o consumo interno. O país depende da importação do gás para atender metade do mercado nacional. Em 2015, foram importados, em média, 50 milhões de m³ por dia, sendo 32 milhões da Bolívia.

*Com a crise na Petrobras,
o mercado de gás natural
depende de investimentos
privados para suprir a
demanda doméstica*

Organização Mundial do Comércio pode decidir, ainda em 2016, conceder à China selo de "economia de mercado"





ECONOMIA DE MERCADO?

CHINA SERÁ AVALIADA PELA OMC EM DEZEMBRO E, SE GANHAR NOVO STATUS COMERCIAL, SERÁ UM COMPETIDOR AINDA MAIS AGRESSIVO

A data se aproxima e preocupa. O dia 11 de dezembro de 2016 é o prazo oficialmente previsto, conforme compromissos firmados há 15 anos junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), para que a China passe a ser reconhecida, internacionalmente, como um país com “economia de mercado”. Isso afetaria, principalmente, a aplicação de medidas antidumping, normas utilizadas quando uma economia exporta mercadorias a preços inferiores ao valor normal de produção, em uma prática de concorrência desleal. Estados Unidos e União Europeia já sinalizaram que não devem conceder tal reconhecimento ao país asiático. No Brasil, o governo federal ainda não apresentou posição oficial, mas o debate promete ser intenso, pela importância de não expor a produção nacional à competição predatória.

“Não dá para dizer que a China vai ser uma economia de mercado somente pela passagem da data”, diz o diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Abijoadi. Condições necessárias para que a China seja considerada uma economia de mercado ainda não foram plenamente cumpridas. Isso envolveria a adoção de câmbio flutuante, pequena participação estatal na produção, livre negociação entre empregados e trabalhadores e taxas de juros sem interferência do governo.

No final do ano passado, a CNI encaminhou ao governo uma carta, assinada por outras 41

associações industriais, afirmando ser fundamental que o Brasil resista às pressões chinesas. Um dos principais problemas envolve insegurança em relação a direitos antidumping existentes, destaca Abijoadi. Atualmente, o Brasil se protege da competição desleal das importações de produtos chineses como aço, vestuário e tecidos, pneus, químicos e petroquímicos. Nestes casos, a China pratica preços artificialmente baixos.

A diretora da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) Josefina Guedes adverte que, por não ter cumprido todas as exigências, não pode ser considerado “líquido e certo” que a China seja considerada uma economia de mercado em 11 de dezembro. “Se fosse, não estaria fazendo pressão sobre os Estados Unidos e a Europa”, argumenta. Para Josefina, está claro que a questão será decidida na OMC. “Na verdade, a China não é uma economia de mercado”, resume a diretora da AEB.

A mudança no modelo de reconhecimento da economia chinesa alteraria a forma de comprovar a aplicação de dumping. Atualmente, é possível utilizar como referência os preços praticados em um terceiro país (além do Brasil e da China) para comprovar se os chineses estão praticando preços desleais. Com a mudança, seria preciso calcular os preços dentro da China. Além de tarefa difícil, seria medida economicamente inviável para empresas de médio e pequeno portes, pois implica custos de investigação.

Ana Caetano, sócia da Veirano Advogados, reforça que o reconhecimento da China como economia de mercado envolve, basicamente, questões de defesa comercial e de direito antidumping. A Veirano integra o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).

Diante de uma disputa que envolve gigantes da produção mundial, Caetano acredita que não caberá ao Brasil o primeiro movimento no debate sobre reconhecimento – ou não – da China como economia de mercado. Ela também não aposta em uma declaração formal do governo brasileiro sobre o tema. O posicionamento deverá ser apresentado quando da primeira revisão de direito antidumping pelo Departamento de Defesa Comercial (DECOM) da OMC. Esses direitos valem por cinco anos e podem ser renovados a partir do pedido do setor produtivo envolvido. Caetano ressalta que a autoridade brasileira sempre adotou uma posição ponderada, sem excessos, na aplicação das regras antidumping.



Carlos Abijaodi (CNI) diz que China ainda não cumpre os requisitos

ECONOMIAS MAIS QUESTIONADAS PELO BRASIL

Medidas definitivas aplicadas contra práticas desleais, por país (1988/2015)

Países	Dumping		Subsídios	Total
	Original	Revisão		
China	63	34	0	97
Eua	27	8	0	35
Índia	11	5	2	18
Alemanha	10	2	0	12
Coreia do Sul	11	1	0	12
México	7	5	0	12

Fonte: Relatório DECOM 2015

CUSTOS INDUSTRIAIS CONTINUAM SUBINDO

ENERGIA, CAPITAL DE GIRO E TRIBUTOS PUXAM ALTA NOS CUSTOS DA INDÚSTRIA; ÍNDICE SUBIU 2,2% NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2016

Subiu menos, mas subiu. O *Indicador de Custos Industriais* subiu 2,2% no primeiro trimestre do ano em comparação com o último de 2016, descontados os efeitos sazonais. Na comparação com o último trimestre do ano passado, quando cresceu 3,2% em relação ao terceiro trimestre, o indicador nos primeiros três meses deste ano teve uma pequena desaceleração.

O desempenho no começo de 2016 foi resultado, principalmente, da menor intensidade do custo com bens intermediários, que teve uma expansão de 1,1% no trimestre. O desempenho do índice foi influenciado pela

retração no custo dos intermediários importados, com queda de 1,9% no trimestre, o que reverteu uma tendência de alta que já ocorria há seis trimestres.

A valorização do real em relação ao dólar no final de março, resultado dos cenários interno e externo, contribuiu para a perda de competitividade da indústria brasileira nos mercados doméstico e externo. No trimestre, o preço dos bens manufaturados importados em reais caiu 2,3% e o preço dos manufaturados nos Estados Unidos permaneceu constante.

Apesar desse desempenho em relação aos últimos três meses de 2015, o

custo com intermediários importados registrou um crescimento de 27,1% no primeiro trimestre de 2016 na comparação com o mesmo período do ano anterior. Nos três primeiros meses deste ano, o índice do custo de energia subiu 8,7%, quando comparado com o trimestre imediatamente anterior.

Apesar de o Banco Central ter mantido a taxa básica de juros (Selic) estável desde setembro do ano passado, em 14,25% anuais, o custo com o capital de juros aumentou 5,7% no primeiro trimestre deste ano em comparação com o quarto trimestre de 2015.

Radiografia dos custos industriais

	1º Trimestre 2016 / 4º Trimestre 2015*	1º Trimestre 2016 / 1º Trimestre 2015**
Indicador de custos industriais	2,2	12,3
Índice de custo com produção	1,7	14,2
Índice de custo com pessoal	2,0	9,2
Índice de custo com bens intermediários	1,1	15,2
Índice de custo com intermediários nacionais	1,7	13,00
Índice de custo com intermediários importados	-1,9	27,1
Índice de custo com energia	8,7	24,3
Índice de custo com capital de giro	5,7	23,4
Índice de custo tributário	4,2	3,3

Fonte: CNI

Observações: * Resultados livres de efeitos sazonais ** Resultados originais

BRASILEIROS REPROVAM SERVIÇOS PÚBLICOS



Foto: grublee / shutterstock.com

PESQUISA DE SATISFAÇÃO APONTA SAÚDE E SEGURANÇA COMO OS PIORES SERVIÇOS PÚBLICOS NO PAÍS. QUALIDADE RUIM, ENTRETANTO, NÃO É POR FALTA DE RECURSOS, MAS POR MÁ GESTÃO, DIZEM ENTREVISTADOS

Desde 2010, segurança pública e saúde são os serviços públicos de pior qualidade para os brasileiros, conforme a pesquisa *Retratos da Sociedade Brasileira – Serviços públicos, tributação e gastos do governo*, realizada pelo Ibope Inteligência para a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Na mais recente rodada do estudo, divulgada em junho, o atendimento à população nas repartições públicas e a conservação de ruas e avenidas também estão entre os serviços mais mal avaliados.

Os três serviços públicos mais bem avaliados são fornecimento de energia elétrica, correios e fornecimento de água. Como base na avaliação dos serviços pela população brasileira, foi construído um índice de difusão que vai de zero a 100, no qual valores acima de 50 pontos indicam avaliação positiva e valores abaixo dessa marca apontam avaliação negativa. Quanto mais perto de 0, pior; quanto mais perto de 100, melhor.

Seis dos treze serviços avaliados tiveram piora de qualidade entre as pesquisas realizadas em 2013 e a atual. As maiores quedas foram registradas na avaliação dos correios, que passou de 51 para 46 pontos, no atendimento à população nas repartições públicas (29 para 25) e na conservação de ruas (30 para 26). Mais mal avaliados, os postos de saúde e hospitais e a segurança pública ficaram, respectivamente, com 20 e 22 pontos. De acordo com a pesquisa, que entrevistou 2.002 pessoas em março último, nenhum serviço público obteve índice superior a 50, o que indicaria uma avaliação positiva.

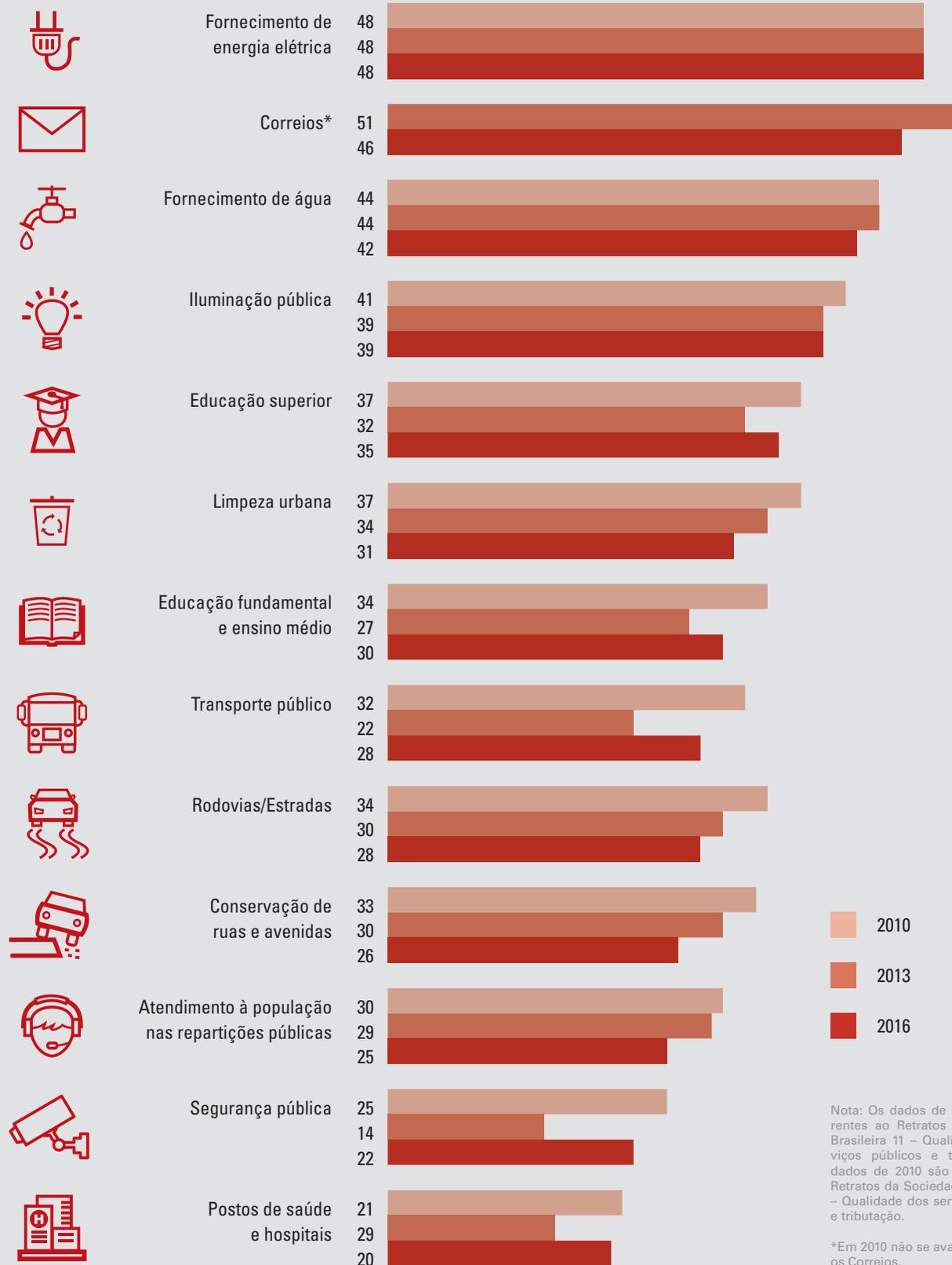
Ainda na comparação com a pesquisa realizada em 2013, cinco serviços públicos registraram melhora na avaliação: segurança pública, transporte público, postos de saúde e hospitais, educação fundamental e ensino médio e educação superior. Vale destacar que a avaliação desses serviços apresentou grande redução no índice entre as pesquisas

de 2010 e 2013, mas recuperou parte da perda em 2016. Isso pode estar relacionado ao ambiente de crítica aos serviços públicos em 2013, principal mote de manifestações daquele ano nas principais cidades brasileiras.

Apesar dessa avaliação negativa dos serviços públicos, oito em cada dez brasileiros acreditam que o governo já arrecada muito e não precisa elevar os tributos para melhorar o atendimento ao cidadão. Além disso, 70% dos entrevistados concordam que a baixa qualidade dos serviços públicos é mais uma consequência da má utilização dos recursos do que da falta deles. Os brasileiros avaliam que os tributos no país são altos e vêm crescendo nos últimos anos, percepção que tem se aprofundado com o tempo. O percentual que considera os impostos no Brasil muito elevados passou de 44% em 2010 para 65% em 2016. No mesmo período, os que avaliam que os impostos vêm aumentando muito passaram de 43% para 83%.

AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Índice de difusão de 0 a 100



Nota: Os dados de 2013 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 11 – Qualidade dos serviços públicos e tributação. Os dados de 2010 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 3 – Qualidade dos serviços públicos e tributação.

*Em 2010 não se avaliou os Correios.

Foto: Freemages.com/ sanja gjenero

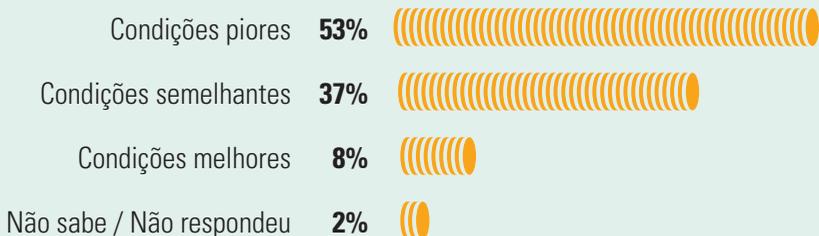


DIFICULDADES PARA RENOVAÇÃO DE CRÉDITO

Elevada taxa de juros, exigência de garantias reais e prazos curtos de financiamento estão entre as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas que solicitaram crédito no primeiro semestre de 2016. No mesmo período, também pioraram as condições para financiamento de capital de giro, ainda reflexo da atual crise político-econômica, conforme *Sondagem Especial – Financiamento para capital de giro*, pesquisa realizada com 3.020 empresas. 35% das empresas que procuraram contratar ou renovar linhas de crédito para capital de giro nos últimos três meses não conseguiram êxito. Entre as que contrataram, cerca de 40% conseguiram apenas parte do valor solicitado. Pagar fornecedores foi o principal motivo para as empresas buscarem crédito.

Condições da renovação das linhas de crédito

Percentual de empresas que afirmaram terem renovado sua linha de crédito



Fonte: Sondagem Especial – Financiamento para capital de giro – Ano 17 – Número 3 – Junho de 2016

PEQUENAS EMPRESAS BUSCAM MENOS CRÉDITO

As pequenas empresas foram as que menos buscaram financiamento para capital de giro nos últimos três meses. Num cenário de crise política e econômica em que aumentaram as dificuldades para conseguir crédito, 43% das pequenas empresas não procuraram contratar ou renovar empréstimos, segundo o relatório *Sondagem Especial – Financiamento para capital de giro*. Esse índice superou os 34% registrados entre as indústrias de médio e as de grande porte. Apesar disso, 61% das pequenas empresas informaram terem conseguido receber integralmente o valor solicitado. Isso se explica porque há oferta de linhas de financiamento exclusivas e com melhores condições para os empreendimentos de menor porte.

61% INFORMARAM TEREM RECEBIDO O VALOR SOLICITADO

43% DAS PEQUENAS EMPRESAS NÃO CONSEGUIRAM PAGAR OU RENOVAR



44% DAS PEQUENAS RENOVARAM O CRÉDITO EM PIORES CONDIÇÕES

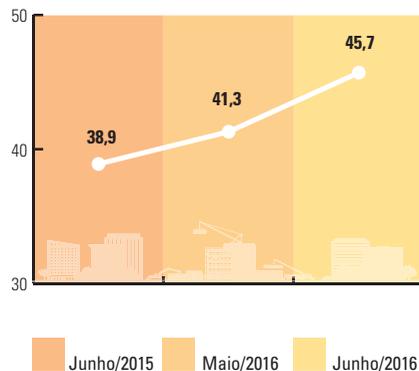


Fonte: Sondagem Especial – Financiamento para capital de giro – Ano 17 – Número 3 – Junho de 2016

CONFIANÇA DA INDÚSTRIA AUMENTA PELO SEGUNDO MÊS

O índice de confiança da indústria na economia brasileira aumentou pelo segundo mês consecutivo em junho. Entre as grandes empresas, o índice atual é o maior em 24 meses. No mês passado, o Índice de Confiança do Empresariado Industrial (ICEI) chegou a 45,7 e registrou um aumento de 4,4 pontos na comparação com o mês anterior, acumulando alta de 8,9 pontos nos dois últimos meses. Apesar disso, o ICEI ficou abaixo de 50 pontos, o que indica que o empresário ainda apresenta falta de confiança, embora cada vez menor. Quando se compara o porte das empresas, o índice é maior nas grandes empresas (47,7 pontos), seguidas pelas médias empresas (44,1 pontos) e depois pelas pequenas empresas (43,1 pontos). Entre os segmentos, o índice é maior na indústria extrativa (48,8 pontos). A indústria de transformação registrou 45,7 pontos e a de construção ficou com 44,1 pontos.

ICEI



Nota:

1. Empresas com 10 a 49 empregados
2. Empresas com 50 a 249 empregados
3. Empresas com 250 ou mais empregados

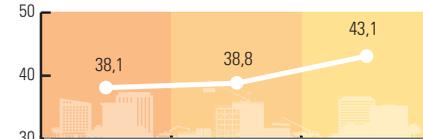
Os indicadores variam no intervalo de 0 a 100.

Valores acima de 50 indicam empresários confiantes.

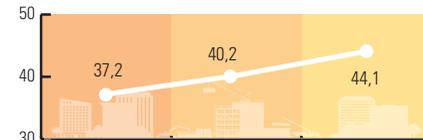
Fonte: Índice de Confiança do Empresariado-ICEI – Junho de 2016

POR PORTE

Pequena (1)



Média (2)



Grande (3)



POPULAÇÃO NÃO ACEITA PAGAR MAIS IMPOSTOS

A população brasileira considera que os gastos públicos aumentaram muito nos últimos anos, acredita que o governo deve reduzir suas despesas e, como alternativa ao aumento de tributos, cita privatizações para equilibrar as contas públicas, indica o relatório *Retratos da Sociedade Brasileira – Serviços públicos, tributação e gastos do governo*. Aos entrevistados que afirmaram que o governo deve manter os gastos atuais, a pesquisa apresentou três opções para estabilizar as contas públicas: aumento da dívida, criação de novos impostos e venda e concessão de bens e empresas públicas ao setor privado. 42% optaram pela venda e concessão de bens e empresas públicas, 17% optaram por novos tributos e 12% foram favoráveis ao aumento da dívida pública. Questionados sobre onde o governo deve reduzir despesas, a maioria citou os gastos de custeio com a máquina pública.

Melhor alternativa para corte de gastos públicos



Fonte: Retratos da Sociedade Brasileira – Serviços públicos, tributação e gastos do governo

Evento em Brasília reuniu dirigentes industriais, o ministro Marcos Pereira (MDIC) e o secretário geral Marcos Galvão (Itamaraty)



Foto: Miguel Ângelo/CNI

A EXPORTAÇÃO COMO SAÍDA PARA A CRISE

LANÇAMENTO DA AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA 2016 MARCA POSIÇÃO
DO SETOR SOBRE COMO AMPLIAR O COMÉRCIO COM OUTROS PAÍSES

A maior presença do Brasil em mercados internacionais pode ser uma das saídas mais eficientes para a crise atual. Essa é a mensagem central da *Agenda Internacional da Indústria 2016*, lançada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em junho, em evento que marcou as duas décadas da criação da Coalisão Empresarial Brasileira, que coordena a participação do setor privado nas negociações de acordos de comércio internacionais.

“O comércio exterior deve fazer parte de uma agenda estratégica e permanente para o aumento da competitividade do país. Se essa atividade já é importante para estimular o crescimento em períodos de normalidade da economia, ela se torna ainda maior em tempos de restrições no mercado interno, como o que estamos vivendo atualmente”, defende o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

A *Agenda Internacional da Indústria 2016* foi entregue, durante o evento realizado na sede da CNI, ao ministro de Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, e ao secretário-geral do Itamaraty, Marcos Galvão. O documento, que será produzido com periodicidade anual, é resultado de consenso entre as diversas entidades que fazem parte da CNI.

“Construímos a *Agenda Internacional* com as federações das indústrias, associações setoriais e empresas exportadoras. Assim conseguimos reunir as prioridades de atuação da CNI na promoção da inserção internacional das empresas brasileiras. A *Agenda* considera dois eixos de atuação: o da influência sobre políticas comerciais e o de serviços de apoio à internacionalização das empresas”, explica Robson Braga de Andrade.

Além da celebração de acordos comerciais e da adoção de uma política

destinada a favorecer investimentos brasileiros no exterior, a *Agenda* sugere medidas no campo da tributação, remoção de barreiras comerciais, desburocratização do comércio exterior, promoção de negócios e uma política de atração de investimentos externos.

Segundo nota oficial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o governo “está firmemente engajado no avanço das negociações em curso entre o Mercosul e a União Europeia, no aprofundamento do ACE 53 (Brasil-México), na ampliação dos Acordos do Mercosul com Índia e a União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês), bem como no lançamento de novas iniciativas negociadoras com Canadá e Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, também na sigla em inglês)”.

Já foram assinados Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos

(ACFIs) com Angola, Moçambique, Malauí, Chile, México, Colômbia e Peru. Com este último, foi assinado um Acordo de Ampliação Econômico-Comercial que, além de investimentos, abrange as áreas de serviços e compras governamentais. O ministro Marcos Pereira explica que, apesar das mudanças de organização administrativa implementadas pelo governo do presidente interino Michel Temer, “as negociações dos acordos continuam sendo feitas pelo MDIC, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores”.

O economista Ivan Oliveira, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), observa que “os acordos comerciais devem ser parte central da estratégia comercial do Brasil, com prioridades a negociações em curso com a União Europeia e com o México”. Para ele, “o papel da inteligência comercial, com levantamento de barreiras comerciais, e os investimentos brasileiros em mercados estratégicos, como China, Estados Unidos e

União Europeia, também ganham com a atuação da CNI”.



BREXIT PODE SER OPORTUNIDADE



Decisão do Reino Unido frustrou parcela da população, mas seu impacto sobre o comércio com o Brasil pode ser positivo

A palavra oportunidade foi a mais ouvida como reação à decisão britânica de deixar a União Europeia. Se a relação bilateral de brasileiros e britânicos já foi a mais importante ao longo do século 19, o que incluía Londres como a principal praça de financiamento da atividade econômica no Brasil, há muito tempo não é mais assim. Quase um terço das exportações brasileiras para o Reino Unido nos cinco primeiros meses

deste ano, por exemplo, são de ouro em barras. O segundo e o terceiro lugar também são produtos primários (soja e minério de ferro). Só isso já evidencia que, na eventualidade de uma negociação de acordo comercial, há um grande espaço para o crescimento das exportações de outros produtos. O professor da Fundação Getúlio Vargas, Matias Spektor, observa que “as perspectivas de comércio novo entre o Brasil e o Reino Unido

existem, em boa medida, pela atitude relativamente aberta de Londres para tratar de questões agrícolas”, em oposição ao protecionismo que caracteriza a atuação da União Europeia. Em encontro com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o embaixador do Reino Unido, Alexander Ellis, lembrou que Brasil e Reino Unido têm ampla agenda de interesses nas áreas de infraestrutura e investimentos, além do comércio.

A CNI DEFENDE

UMA AGENDA INTERNACIONAL QUE CONTEMPLE AS SEGUINTE AÇÕES, EM DOIS EIXOS

INFLUÊNCIA SOBRE POLÍTICAS COMERCIAIS



ACORDOS COMERCIAIS;



INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO EXTERIOR;



FACILITAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR;



BARREIRAS EM TERCEIROS MERCADOS;



TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR;



FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES;



DEFESA COMERCIAL;



MECANISMOS EMPRESARIAIS PARA MERCADOS PRIORITÁRIOS.

SERVIÇOS PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS



ASSESSORIA E CONSULTORIA;



CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EMPRESARIAL;



INTELIGÊNCIA COMERCIAL;



PROMOÇÃO DE NEGÓCIOS;



OPERAÇÃO COMERCIAL E ADUANEIRA;



ADEQUAÇÃO PARA O MERCADO GLOBAL;



ATRAÇÃO E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS.

ESPÍRITO SANTO PREPARA EMPRESÁRIOS PARA MERCADO EXTERNO

Com o objetivo de aumentar a competitividade dos produtos capixabas, o Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES) promoveu, em junho, o curso Formação do Preço de Exportação e Análise da Competitividade em Mercados Externos. A capacitação reuniu empresários e analistas de empresas exportadoras e outros participantes interessados em inaugurar uma prospecção internacional.

Foto: Rafael Horta



PIAUI TAMBÉM APOSTA NA FORMAÇÃO DE EXPORTADORES

Também de olho no mercado externo, o Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI) ofereceu curso introdutório sobre a exportação, com a indicação, passo a passo, dos requisitos para vender fora do país. Colaboradores de empresas industriais e de serviços relacionados às operações de comércio exterior participaram da capacitação. Segundo o gestor do CIN/FIEPI Islano Marques, “esse foi o primeiro de um total de oito cursos e ações de fomento à internacionalização de empresas piauienses”.

FIEG ORGANIZA MISSÃO PARA FEIRA DE BELEZA E SAÚDE NA COLÔMBIA

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) está mobilizando empresários do setor de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos para participarem da missão prospectiva à feira *Belleza y Salud*, que será realizada em Bogotá, na Colômbia, entre os dias 17 e 21 de agosto. O encontro oferece oportunidades para realização de negócios e para identificação de novos produtos e tendências nesses mercados.



Foto: B. Brown / shutterstock

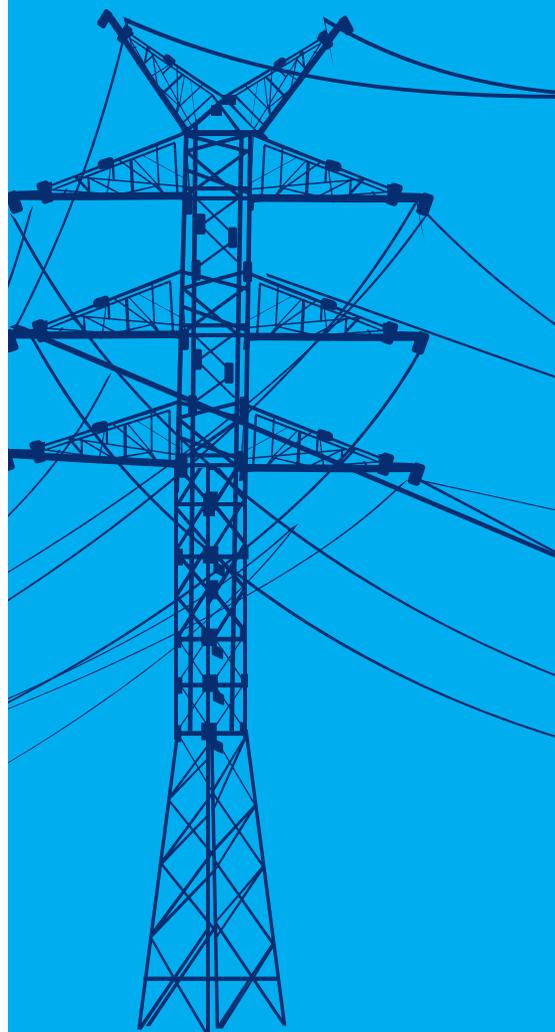
FIEMT REÚNE SISTEMA PARA CAFÉS

Inspirada na origem dos cafés que congregavam pessoas para animadas rodas de conversa, a Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso (FIEMT) organizou a terceira edição do encontro “Café com Saber”, cujo tema central foram as relações interpessoais. Estiveram presentes representantes da federação, do Instituto Euvaldo Lodi (IEL-MT), do Instituto Ação Verde e executivos de sindicatos patronais da indústria. Superintendente da FIEMT, Mauro Santos explica que o propósito principal do evento é “melhorar o atendimento e a prestação de serviços aos clientes, que são a indústria, os sindicatos e a sociedade”.



PARAÍBA ENSINA A DIMINUIR CUSTOS COM ENERGIA

A Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), por meio do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), promoveu curso para ensinar aos empresários como reduzir seus gastos de energia elétrica. Realizado na cidade de Patos, no sertão paraibano, o curso abordou o impacto do preço desse insumo na competitividade e ofereceu treinamento sobre como fazer a revisão das tarifas e identificar a melhor modalidade de contratação para diminuir custos.



ALEMANHA LIDERA RANKING DE LOGÍSTICA

O Banco Mundial acaba de lançar seu relatório regular sobre logística que, neste ano, dedica-se aos países em desenvolvimento. Para o Banco, a capacidade desses países de movimentar produtos e conectar indústrias e consumidores ao mercado global tem melhorado, mas ainda de forma lenta. Muito ainda precisa ser feito para que se diminua a distância entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Nestes, as cadeias de suprimento têm elos frágeis que precisam ser fortalecidos. O relatório do Banco Mundial traz o Índice de Desempenho Logístico, com um ranking sobre capacidade logística de 160 países.

Índice de Desempenho Logístico, Banco Mundial

- 1º – Alemanha
- 2º – Luxemburgo
- 3º – Suécia
- 4º – Holanda
- 5º – Singapura
- 54º – México
- 55º – Brasil



TRABALHADORES E EMPRESÁRIOS COBRAM MELHORES RODOVIAS NOS EUA

Em boa parte das vezes, empresários e trabalhadores têm visões divergentes, mas nos Estados Unidos, durante os debates para as eleições presidenciais deste ano, capital e trabalho têm estado de acordo sobre a necessidade de que a infraestrutura seja uma prioridade para a economia número 1 do mundo. A American Chamber promoveu, em junho, a Semana da Infraestrutura, reunindo empresários e sindicatos, e fez um apelo aos eleitores americanos: “precisamos reconhecer que a deterioração de nossas rodovias, pontes e portos está chegando a um estado crítico”. Segundo a Sociedade Americana de Engenheiros (ASCE, na sigla em inglês), cerca de um terço das principais rodovias norte-americanas encontra-se em condições deterioradas ou medíocres.

BRITÂNICOS ESTÃO PREOCUPADOS COM SUA INFRAESTRUTURA



Foto: laif / shutterstock.com

Depois do plebiscito de 23 de junho, no qual eleitores britânicos optaram pela saída da União Europeia, a Confederação da Indústria Britânica (CBI) pediu ao governo do país que centre foco em políticas que atraiam investimentos em infraestrutura. Para a Confederação, com as incertezas provocadas pela recente decisão dos britânicos, os estímulos e a capacidade do governo de apontar caminhos serão fundamentais – e as obras de infraestrutura são uma das melhores formas de canalizar esses estímulos. A CBI pediu ao governo britânico políticas claras em áreas como habitação e transporte aéreo, um dos segmentos mais afetados com pelo Brexit.

CRISE NA INDÚSTRIA DO URUGUAI



Foto: Matyas Rehak / shutterstock.com

Empresários do Uruguai já estão tão pessimistas quanto na crise de 2009 e enfrentam redução nas vendas e no emprego industrial

A Câmara de Indústrias do Uruguai divulgou dados do primeiro trimestre de 2016 e o retrato da economia vizinha não é dos melhores. As expectativas dos empresários industriais para o desempenho da economia em abril piorou com relação a março deste ano, alcançando níveis semelhantes aos registrados em 2009, quando a crise internacional se aprofundava.

No primeiro trimestre do ano, as vendas em volumes físicos do setor industrial tiveram queda de 5% com relação ao mesmo período de 2015 e o emprego industrial teve queda de 8%, utilizando a mesma comparação.

A MAIOR USINA DE ENERGIA SOLAR DO MUNDO

Dubai quer construir a maior usina solar do mundo. O projeto é da Dubai Electricity and Water Authority, a empresa de energia dos Emirados Árabes, e reúne cinco instalações de captação de energia solar. Pelo projeto, a usina seria capaz de gerar 1.000 megawatts de energia já em 2020 e chegar a 5.000 megawatts em 2030. A maior usina de energia solar do mundo hoje encontra-se na Califórnia e gera cerca de 392 megawatts de energia. Para efeitos de comparação, Itaipu tem 20 unidades geradoras de energia hidrelétrica, cada uma com capacidade de 700 megawatts.



Foto: ArtisticPhoto / shutterstock.com

Empresa de energia em Dubai quer produzir 5.000 megawatts em 2030

José Serra

BREXIT NÃO AFETA ACORDO COM A EUROPA

CHANCELER CONSIDERA QUE OS INTERESSES ESTRATÉGICOS E DE LONGO PRAZO DA UNIÃO EUROPEIA E DO MERCOSUL SÃO SUFICIENTES PARA QUE NEGOCIAÇÕES CONTINUEM AVANÇANDO

Ar ruptura enfrentada pela União Europeia com a repentina saída do Reino Unido é motivo de atenção para o governo brasileiro, especialmente por suas implicações comerciais. O ministro das Relações Exteriores, José Serra, faz uma análise do Brexit e seus impactos para agentes econômicos nacionais e para os países do Mercosul.

Como o senhor avalia a saída do Reino Unido da União Europeia e como isso poderá afetar as relações com o Brasil?

Foi um movimento preocupante por trazer uma vontade de fechamento ao mundo de boa parte da população britânica. Mas o Reino Unido tem uma tradição comercial aberta e sua presença no mundo sempre foi essencial para sua economia. Com a saída do Reino Unido, perdemos um país muito interessado nas negociações do Mercosul com a União Europeia. Entretanto, há outros como a Espanha, a Itália, Portugal e a Alemanha, e por isso a negociação não deve descarrilhar.

Qual deverá ser o futuro das relações comerciais do Mercosul com a União Europeia a partir das últimas mudanças?

A União Europeia continuará a ser um parceiro econômico essencial para o

Mercosul e para o Brasil. Mesmo sem o Reino Unido, seguirá, como bloco, sendo o principal destino das exportações brasileiras e a principal fonte de investimentos estrangeiros. As negociações, por sua vez, devem prosseguir. Não serão negociações fáceis, mas vamos chegar a um bom acordo.

Como o governo brasileiro pretende lidar com a incerteza do futuro comercial a partir do rompimento do Reino Unido com a UE?

O relacionamento entre o Brasil e o Mercosul com a União Europeia não se modifica e continua a ser regido pelas mesmas regras, até que se conclua a negociação do acordo Mercosul-União Europeia, que vai trazer, quando entrar em vigor, novas oportunidades comerciais. É evidente que, se a saída do Reino Unido afetar a economia europeia, isso terá um impacto negativo sobre nossas exportações para lá, mas será temporário. Quanto ao Reino Unido, será preciso esperar que conclua o processo de saída da UE para redefinir as regras do relacionamento bilateral.

O governo brasileiro pretende rever a estratégia de ação a partir das recentes mudanças? Qual o próximo passo para a retomada das conversas no sentido de fortalecer as relações Mercosul-UE?

O acordo Mercosul-UE vai ter efeitos comerciais diretos daqui a uns dois anos, quando estiver negociado e em vigor, mas desde já gera expectativas positivas para os investidores que, se estiverem atentos, vão se preparar para novas oportunidades e desafios. O acordo com a UE vai criar oportunidades importantes para nossas exportações em diversos setores como agrícola, têxtil, automotivo, gerando também a necessidade de adaptação de certas indústrias para enfrentar a competição europeia. Será preciso dar condições a essas indústrias para se prepararem, investirem e aumentarem sua competitividade. Os investimentos públicos e privados em infraestrutura que o governo está promovendo serão não apenas um vetor de crescimento, mas também um fator de elevação da competitividade sistêmica da economia – e isso serve tanto para as exportações quanto para a competição com os importados.

Qual deve ser o grau de flexibilização do Brasil em uma possível mudança de paradigmas do Mercosul?

O Brasil tem grande interesse em ampliar o nível de ambição da agenda comercial do Mercosul. Juntos temos mais força nas negociações externas, e é importante que avancemos unidos. Se isso não for possível, pode ser necessário buscar fórmulas para agilizar as negociações que permitam chegar a resultados



Ministro das Relações Exteriores aposta na conclusão do acordo e na ampliação geográfica e temática do Mercosul

concretos de melhor acesso aos mercados mundiais. O tema é bastante complexo e tem sido objeto de minhas conversas com as autoridades dos demais sócios do Mercosul.

Como o senhor vê a ampliação do bloco para o Brasil?

Apesar da queda no comércio observada desde 2011, que aliás não se deve a problemas do Mercosul, mas sim à crise econômica e à recessão, que afetaram duramente Brasil e Argentina, o bloco está expandindo e aprofundando tanto no aspecto geográfico quanto

no temático. No aspecto geográfico, o processo de ampliação no Mercosul demonstra a validade do bloco como estratégia de desenvolvimento compartilhado. A expansão é importante para o Brasil e leva em conta interesses nacionais, tanto de ordem geopolítica quanto econômico-comercial. A Venezuela e a Bolívia, prestes a aderir ao bloco, são países ricos em recursos naturais e com importantes mercados consumidores.

E no aspecto temático?

Estamos defendendo a ampliação do Mercosul para os mercados de

compras públicas, veículos e autopeças e açúcar. Passados 25 anos, não há por que excluir esses setores do livre comércio entre os sócios. Queremos dotar o bloco de um Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, que será importante para estimular o fluxo de capitais entre nossos países, bem como investimentos e integração produtiva. Além disso, estamos empenhados em facilitar a circulação de mercadorias intra-Mercosul, por meio do aperfeiçoamento e da modernização dos regulamentos técnicos do bloco.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO EM PRIMEIRO LUGAR

PESQUISA DO SESI, NO MARCO DE SEUS 70 ANOS, OUVIU 500 EMPRESAS E REVELOU ATENÇÃO ALTA COM TRABALHADORES, MOVIDA PELA PREOCUPAÇÃO COM SEU BEM-ESTAR E PELA PREVENÇÃO A ACIDENTES

Indústria saudável depende de trabalhador saudável. Ao completar 70 anos, esse slogan informal tem sido usado pelo Serviço Social da Indústria (SESI) para marcar sua modernidade e seu foco em ações relevantes para o setor. Trata-se de um giro numa atuação antes voltada para a cultura e o lazer, e que agora orienta-se à consultoria para o bem-estar do trabalhador.

“Segurança e promoção da saúde ganharam muita atenção das empresas, e por isso justificam o aumento de sua importância em nossas atividades”, explica o diretor de operações do SESI, Marcos Tadeu de Siqueira. O fato é que os investimentos em segurança e saúde estão aumentando, seja para reduzir despesas com acidentes e doenças, minimizar perdas de produtividade e evitar o desgaste da imagem das empresas.

Em pesquisa inédita sobre o impacto da saúde e segurança no trabalho na competitividade da indústria brasileira,

o SESI constatou que há uma preocupação “muito alta” com o tema, com tendência a se ampliar no futuro. Feito com 500 empresas de grande e médio portes, entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016, o levantamento aponta que, em 71,6% das fábricas, esse tema é motivo de atenção elevada (muito alta em 28,2% e 43,4% alta), sendo média em 24,4% e baixa em 3,6%.

O foco elevado não se dá apenas pelo cumprimento de obrigações legais. O bem-estar geral do trabalhador veio em primeiro lugar (30,2%) nas justificativas para a importância dispensada à saúde e à segurança no ambiente laboral, seguida pela prevenção de acidentes (20,9%), pela conscientização (14,2%) ou pelo atendimento a requisitos legais (10,1%).

Quando nada é feito, acidentes e doenças são mais constantes na opinião de 67,6% das empresas, com perda de produtividade e faltas. Em contrapartida,

48% apontaram redução de ausências e redução de custos (35%) como benefícios de ações positivas. Um exemplo: ações patronais conjuntas com representantes dos trabalhadores, nos últimos tempos, ajudaram a construção civil a perder o posto de campeã dos acidentes de trabalho. “Foi uma ação forte, com ótimos resultados”, avalia Siqueira. Atualmente, 97,4% das indústrias têm algum tipo de prevenção de acidentes e 87,8% implantaram programas de gestão por afastamento motivado por doenças, além de 75,6% estimularem a alimentação saudável, segundo a pesquisa.

Siqueira explica que essa nova realidade levou o SESI a sair “de uma postura mais passiva para adotar uma postura mais consultiva”, lançando-se como uma empresa de consultoria e serviços nessa área de saúde e segurança no trabalho, “com o objetivo de atender à demanda constante das empresas”.

RETRATO DA GESTÃO DE PESSOAS NA INDÚSTRIA BRASILEIRA*

Amostra: 500 empresas (250 de porte grande e 250 de porte médio)
Período de coleta de dados: Outubro de 2015 a Fevereiro de 2016

GRAU DE ATENÇÃO COM A SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO



28% (muito alta)
43% (alta)
24% (média)
4% (baixa)



EXPECTATIVA DE AUMENTO DA ATENÇÃO AO TEMA NOS PRÓXIMOS CINCO ANOS



76% acham que a atenção vai aumentar
17% apostam na estabilidade
6% acham que a atenção será reduzida



PRINCIPAL RAZÃO PARA QUE AS INDÚSTRIAS ESTEJAM ATENTAS À SAÚDE E SEGURANÇA



Bem-estar do trabalhador (30%)
Prevenção contra acidentes (21%)
Conscientização (14%)
Requisitos legais (10%)
Redução de afastamentos (10%)
Manutenção da produtividade (9%)
Outros (6%)

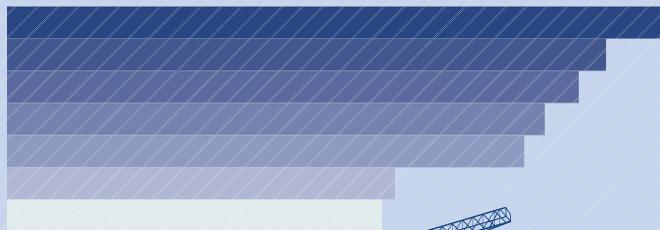


O QUE AS EMPRESAS FAZEM PARA GARANTIR SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

(Respostas múltiplas)



Campanhas de prevenção de acidentes (97%)
Gestão de faltas por doenças (88%)
Monitoramento de aspectos ergonômicos (84%)
Reinserção e reabilitação (79%)
Estímulos à alimentação saudável (76%)
Combate ao sedentarismo (57%)
Combate ao estresse (55%)



*Resultados podem não somar 100% por problemas de arredondamento.

ONU ELOGIA ATUAÇÃO INTERNACIONAL DO SENAI

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DIZ QUE INSTITUIÇÃO BRASILEIRA TRAZ EXEMPLO DE BOAS PRÁTICAS NA COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Jamaica é um dos nove países em que o SENAI mantém centro de formação

Modelo de educação e treinamento profissional na América Latina. Esse foi reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em recente publicação que elogia o papel internacional da instituição. Não é a primeira vez. A excelência do SENAI no mundo educacional já foi atestada por outros organismos multilaterais.

“Ainda assim, é algo que muito nos honra sempre, pois reforça a percepção de valor da instituição e nos enche de orgulho, por estarmos trabalhando pelo

Brasil”, avalia o diretor geral da instituição, Rafael Lucchesi.

No estudo *Boas Práticas em Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Sustentável*, de maio último, o SENAI é destacado pela ONU como uma das mais importantes instituições para o trabalho coletivo, por levar educação de qualidade aos membros da Cooperação Sul-Sul.

Cabe destacar a relevante atuação do SENAI, doméstica e internacionalmente, com centros de formação profissional em nove países, entre os quais vizinhos como Paraguai e Peru, caribenhos como a Jamaica e africanos como

Angola e Cabo Verde. O próximo a contar com a cooperação do SENAI será o Haiti.

“Com décadas de sucesso, o modelo brasileiro tem formado milhões de profissionais com habilidades para a inovação, que estão fazendo as indústrias mais competitivas”, diz Lucchesi. As ações de estímulo à inovação, com transferência de tecnologia para as empresas e pesquisa aplicada, qualificam o SENAI entre os agentes de visão estratégica, que apresentam “futuras tendências industriais, por constantemente modernizarem seus recursos tecnológicos e infraestrutura”, cita o documento da ONU.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

IEL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

MÍDIAS SOCIAIS

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cniabr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/confedera-o-nacional-da-ind-stria-cni->

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaibr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/instituto-euvaldo-lodi>



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA